

# GRANDES TEMAS DA EDUCAÇÃO NACIONAL

## 2

ANTONELLA CARVALHO DE OLIVEIRA  
(Organizadora)



**Atena**  
Editora

Ano 2018

**ANTONELLA CARVALHO DE OLIVEIRA**

(Organizadora)

# **Grandes Temas da Educação Nacional**

## **2**

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Geraldo Alves e Natália Sandrini

**Revisão:** Os autores

### **Conselho Editorial**

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

G752 Grandes temas da educação nacional 2 [recurso eletrônico] /  
Organizadora Antonella Carvalho de Oliveira. – Ponta Grossa  
(PR): Atena Editora, 2018. – (Grandes Temas da Educação  
Nacional; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-29-1

DOI 10.22533/at.ed.291180509

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.  
3. Professores – Condições de trabalho. 4. Professores – Formação.  
I. Oliveira, Antonella Carvalho de. II. Série.

CDD 379.81

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins  
comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A EDUCAÇÃO CHILENA SOB A LÓGICA DE MERCADO VISTA COMO VITRINE PARA AMÉRICA LATINA	
<i>Lorena Mariane Santos Rissi</i>	
<i>Soraia Kfoury Salerno</i>	
<i>Renata Karolyne Monteiro</i>	
<i>Katia Fernanda de Oliveira Borges</i>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>12</b>
A UTILIZAÇÃO DAS NARRATIVAS (AUTO)BIOGRÁFICAS COMO MÉTODO DE COMPREENSÃO DOS JOVENS ESTUDANTES DE UMA PROPOSTA CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO	
<i>Jean Prette</i>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>28</b>
AVALIAÇÃO DO ENSINO DE PSIQUIATRIA E DE SAÚDE MENTAL NA GRADUAÇÃO DE ENFERMAGEM: REVISÃO DE LITERATURA	
<i>Anaísa Cristina Pinto</i>	
<i>Sônia Barros</i>	
<i>Lara Simone Messias Floriano</i>	
<i>Suellen Vienscoski Skupien</i>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>39</b>
CONSIDERAÇÕES SOBRE DO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ESCOLA NO BRASIL: TRAÇANDO UM CAMINHO ACERCA DOS ELEMENTOS DE CIENTIFICIDADE	
<i>Renata Peres Barbosa</i>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>51</b>
DECOLONIZAÇÃO DO CURRÍCULO E A LEI 10.639/03 DIANTE DA INTERCULTURALIDADE FUNCIONAL ORIENTADA PELAS POLÍTICAS INTERNACIONAIS	
<i>Débora Ribeiro</i>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>67</b>
GESTÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS	
<i>Giselle Ferreira Amaral de Miranda Azevedo</i>	
<i>Abraão Neiver de Miranda Azevedo</i>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>78</b>
O PROVIMENTO DO CARGO DE DIRETOR COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE OFERTA E RESULTADOS ESCOLARES	
<i>Marcus Quintanilha da Silva</i>	
<i>Danieli D'Aguiar Cruzetta</i>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>93</b>
OS SABOTADORES DO ÍNDICE IDEB	
<i>Laurentino Lúcio Filho</i>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>97</b>
SERIAÇÃO E PROGRESSÃO CONTINUADA: UMA FRATURA EXPOSTA DO SISTEMA DE ENSINO	
<i>Vicente de Paulo Morais Junior</i>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>110</b>
A ATUAÇÃO DE UMA PROFESSORA INICIANTE NA VISÃO DE ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA: O PAPEL DO PROJETO BOLSA ALFABETIZAÇÃO NA FORMAÇÃO INICIAL	
<i>Marli Amélia Lucas de Oliveira</i>	

*Maysa do Carmo Santos  
Natasha Medeiros de Oliveira  
Djuli Kriczvi Cuchinierk*

**CAPÍTULO 11..... 122**

A EXPERIÊNCIA NA FORMAÇÃO CONTINUADA: SOB A ÓTICA DE PROFESSORAS DOS ANOS INICIAIS

*Deniele Pereira Batista  
Menga Lüdke*

**CAPÍTULO 12..... 138**

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EJA: UMA REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

*Severina Ferreira de Lima  
Márcia Cristina Araújo Lustosa Silva*

**CAPÍTULO 13..... 148**

A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES E A INICIAÇÃO CIENTÍFICA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA: UMA EXPERIÊNCIA EM CONSTRUÇÃO

*Okçana Battini- UNOPAR  
Cyntia Simione França\_ UNOPAR  
Sandra Regina dos Reis - UENP*

**CAPÍTULO 14..... 158**

DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL ESCOLAR: INICIATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI/MG

*Isabella Rodrigues da Cunha e Paula  
Melchior José Tavares Júnior*

**CAPÍTULO 15..... 170**

ERA UMA VEZ AQUI E ACOLÁ... HISTÓRIAS DO MUNDO NÓS VAMOS CONTAR! – RELATO DE EXPERIÊNCIA DE OFICINAS DE FORMAÇÃO LITERÁRIA COM ACADÊMICAS DO CURSO DE PEDAGOGIA

*Helton Roberto Real  
Miriam Margarete Weber  
Rúbia de Cássia Cavali  
Viviane Cristina Medeiros*

**CAPÍTULO 16..... 180**

OPERACIONALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO: COM A PALAVRA, PROFESSORES EM FASE FINAL DE CARREIRA

*Simone Genske  
Rita Buzzi Rausch*

**CAPÍTULO 17..... 196**

OS CURRÍCULOS PRATICADOS E (RE)CRIADOS NO COTIDIANO DE PROFESSORAS INICIANTE

*Joelson de Sousa Moraes  
Franc-Lane Sousa Carvalho do Nascimento  
Nadja Regina Sousa Magalhães*

**CAPÍTULO 18..... 208**

REFLEXÕES EDUCOMUNICATIVAS SOBRE CINEMA E MÍDIA NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES

*Bruna Donato Reche  
Ademilde Silveira Sartori  
Monalisa Pivetta da Silva*

## DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL ESCOLAR: INICIATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI/MG

### **Isabella Rodrigues da Cunha e Paula**

Mestre em Meio Ambiente e Qualidade Ambiental,  
Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de  
Ciências Agrárias, Uberlândia – MG

### **Melchior José Tavares Júnior**

Doutor em Educação, Professor do Instituto de  
Biologia / Universidade Federal de Uberlândia  
(UFU), Professor do Programa de Pós-Graduação  
em Ensino de Ciências e Matemática/PPGECM/  
UFU, Uberlândia - MG

**RESUMO:** O presente estudo avaliou a contribuição do poder público municipal para o desenvolvimento da Educação Ambiental escolar. Optamos pela pesquisa qualitativa. Entrevistamos oito professores de Ciências que atuavam do sexto ao nono ano, na rede municipal de Araguari/MG. Os dados evidenciaram que o poder público municipal tem oferecido uma importante contribuição para o desenvolvimento da Educação Ambiental escolar. Esse resultado positivo, ainda que não evidencie importantes aspectos como a concepção de Educação Ambiental, chama a atenção para o cumprimento da Lei 9795/99, que determina a presença do tema na educação formal. A contribuição da prefeitura de Araguari pode e deve ser ainda mais efetiva. Os dois programas foram bem avaliados por todos os professores e nos leva a recomendar não apenas a perenidades destes, mas também a

inserção de outros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Ambiental; poder público; formação de professores.

**ABSTRACT:** This study evaluated the contribution of the municipal government for the development of school environmental education. We chose qualitative research. We interviewed eight science teachers who work from the sixth to ninth grade, in municipal schools in Araguari, MG. The data showed that the municipal government has offered an important contribution to the development of school environmental education. This positive result, although it does not evidence important aspects as the conception of Environmental Education, draws attention to the fulfillment of the Law 9795/99, which determines the presence of the subject in formal education. The contribution of the prefecture of Araguari can and should be even more effective. Both programs were well evaluated by all teachers and lead us to recommend not only their permanency, but also the inclusion of others.

**KEYWORDS:** Environmental Education; municipal government; teacher training.

### 1 | INTRODUÇÃO

O meio ambiente é composto por fatores

bióticos e abióticos que estão diretamente dependentes um do outro. Conforme Guimarães (1995), os seres vivos estão sempre em busca de um equilíbrio em suas inter-relações influenciando e sofrendo influências entre si. Assim, através da evolução das espécies, várias surgiram e deixaram de existir nos bilhões de anos da Terra.

O ser humano é parte desse ambiente e dessas relações. Porém, nas sociedades atuais, ele se encontra distante desse equilíbrio, chegando ao extremo do individualismo, agindo de forma desarmônica, causando desequilíbrios ambientais, segundo o autor. Observamos então uma postura antropocêntrica, uma visão que se evidencia na lógica do modelo de sociedade moderna, onde o crescimento econômico é baseado na extração dos recursos naturais criando uma sociedade consumista.

Desde o descobrimento do Brasil observa-se esse panorama ambiental, começando pela colonização, degradando o meio ambiente, explorando a mata nativa para o comércio e posteriormente para as monoculturas da cana-de-açúcar e café (MARQUES; PINHEIRO, 2014). Raminelli (1999), na obra *A natureza na colonização do Brasil*, fala de três catástrofes ecológicas. Sendo a primeira causada pela cana-de-açúcar, pois provocava a derrubada de árvores, destruía a fauna, poluía os rios e destruía os mangues. A segunda catástrofe, gerada pela exploração das minas gerais, atividade essa que desviava o curso dos rios para lavar o solo a procura do mineral, acabava com as espécies aquáticas e deixavam crateras no lugar da vegetação. E a terceira, causada pela pecuária, pois ela modificava a paisagem.

Já em âmbito mundial, Worster (1992), aponta a partir de 06 de agosto de 1945 como marco simbólico da ecologização das sociedades ocidentais. As bombas atômicas eram jogadas e os seres humanos mostram mais uma vez o poder de destruição do Planeta.

## 1.1 Educação Ambiental

Em 1972, em Estocolmo, a Organização das Nações Unidas realizou a primeira Conferência Mundial do Meio Ambiente com principal tema a poluição gerada pelas indústrias. O objetivo era estabelecer princípios que orientassem a todos em relação à preservação do meio ambiente. Nessa conferência a educação também foi um tema discutido, pois era necessário educar o cidadão ambientalmente, ou seja, era necessário uma Educação Ambiental (EA).

O primeiro Congresso Mundial de EA ocorreu em Tbilisi, na Geórgia, em 1977. Tratava de referência internacional para o desenvolvimento de atividades da EA. Em sua recomendação número 1, a EA ficou definida como o “resultado de uma reorientação e articulação de diversas disciplinas e experiências educativas que facilitam a percepção integrada do meio ambiente, tornando possível uma ação mais racional e capaz de responder às necessidades sociais.”

A Constituição Brasileira de 1988, no artigo 225, estabelece que o meio ambiente é um direito de todos e que o uso como a preservação cabe ao poder público e a

coletividade esse dever. Conforme informação do Portal Educação, essa constituição foi conhecida como constituição verde, pois foi a primeira Constituição Federal Brasileira onde apareceu assuntos referentes ao meio ambiente, a EA e a proteção da natureza (PORTAL EDUCAÇÃO, 2014).

Após 20 anos da conferência de Estocolmo, na qual os países discutiram o conceito de desenvolvimento sustentável, aconteceu no Rio de Janeiro, em junho de 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Uma diferença marcante entre essas duas conferências é que na ECO-92 houve a presença de muitos chefes de Estado e Organizações não governamentais, mostrando a importância da questão ambiental nesse momento (FRANCISCO, 2014).

Em 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) estabeleceram o Meio Ambiente como um tema transversal (BRASIL, 1997). Conforme se observa nesse documento, o tema transversal Meio ambiente deve ser abordado de forma a contribuir para a formação de cidadãos conscientes com capacidade de decidir e agir em uma realidade socioambiental se comprometendo com o bem estar individual e coletivo. A EA está nesse momento vinculada à cidadania, deixando claro que a sociedade é responsável pelo todo e que o comportamento e a atitude de cada cidadão implica na consequência positiva ou negativa sobre o ambiente e sobre si mesma (BRASIL, 1997).

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), promulgada em abril de 1999 pela Lei nº 9.795, cumpre o que está disposto na constituição de 1988, estabelecendo que “a Educação Ambiental é posta como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo, de caráter formal e não-formal” (BRASIL, 1999). Nesta pesquisa, consideramos como princípio básico a obrigatoriedade que está posta sobre o poder público de promover a EA na Educação formal.

## **1.2 Formação inicial e continuada de professores**

De acordo com Pacheco (2003), o conceito de formação inicial são os diferentes caminhos da aprendizagem, percorrido pelo aluno ao longo da vida. Com isso é de essencial importância, a boa formação desses profissionais que estarão em contato com esses alunos durante vários anos de sua formação.

Olhando apenas a primeira parte do processo formativo do professor, Fogaça (2014) afirma que a formação inicial dos professores possivelmente ocorre com deficiências e os cursos de licenciatura são ineficientes para capacitar os professores para essa nova geração de alunos. Por outro lado, algumas mudanças como a ampliação da carga horária do licenciando na escola, previsto pela legislação federal a partir de 2002, abriram novas possibilidades sobre o currículo tradicional de formação, aquele conhecido como modelo três mais um, ou seja, três anos de formação específica e um ano de formação pedagógica. Entretanto, ainda é cedo para avaliar o impacto dessa

mudança na prática do professor concursado em serviço.

Uma forma de completar a formação docente é a formação continuada, especialmente aquela que ocorre em serviço, pois é no local de trabalho dos professores que os conflitos e necessidades estão presentes (SILVA, 2017). Conforme o autor citado, a formação continuada é um momento privilegiado para discutir, refletir e criar proposições para abrir novos caminhos e avanços sobre diversas questões que envolvem o ensino.

Segundo Schnetzler (1996), a formação continuada é justificada pela necessidade de contínuo aprimoramento profissional, pois cabe ao professor a atitude reflexiva (SCHÖN, 2000), com fins na melhoria do processo de ensino e aprendizagem. De acordo com Mazzeu (1998) criar instrumentos de trabalho, técnicas, materiais didáticos, procedimentos, possibilitam que o professor contorne os problemas de aprendizagem.

Os professores, numa perspectiva politizada, buscam levar o aluno a dominar os conhecimentos acumulados, porém, para conseguir que esses alunos se tornem críticos e autônomos, os próprios professores necessitam dessa autonomia e opinião crítica (MAZZEU, 1998). Na mesma direção de Mazzeu (1998), Mendes (2013) afirma que a formação continuada engrandece o professor no âmbito pessoal e não só no âmbito profissional, escolar.

A formação continuada vem sendo alvo de muitos estudos ressaltando a importância das políticas públicas em estimular o desenvolvimento do professor e suas práticas. Por outro lado, nos lembramos de Perrenoud (2000) e sua obra *Dez novas competências para ensinar*, especialmente a décima, na qual afirma que o professor deve assumir as rédeas de seu próprio processo formativo, não esperando que apenas o poder público o faça.

### 1.3 A Educação Ambiental na Secretaria Municipal de Educação de Araguari/MG

O presente tópico aborda dois projetos de EA desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação (SME), o Projeto Gira Sol e o Projeto Rede Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (RENAFOR). Convém ressaltar que não existem outras iniciativas na SME para a abordagem do tema.

*O Projeto Gira Sol.* Conforme a responsável pela EA da SME, os trabalhos desse projeto são voltados para as escolas, com foco em sete assuntos principais, água, energia, fauna e flora, degradação do solo, cerrado, atmosfera e crescimento, lixo e miséria. O público alvo são os alunos, professores e pais, os quais são contemplados com uma gama de atividades frequentes todo ano.

As atividades que são esperadas pelas escolas, as quais já se tornaram rotinas nos calendários escolares. Dentre elas, destacamos o *Ciclo de Palestras abrangendo os sete eixos principais do Projeto Gira Sol; a Gincana Ecológica; Eco oficinas de Educação Ambiental; S.O.S Queimadas e Eco Turminha.* A Figura 1 e Figura 2 ilustram os folders promocionais de algumas das atividades realizadas pela SME.

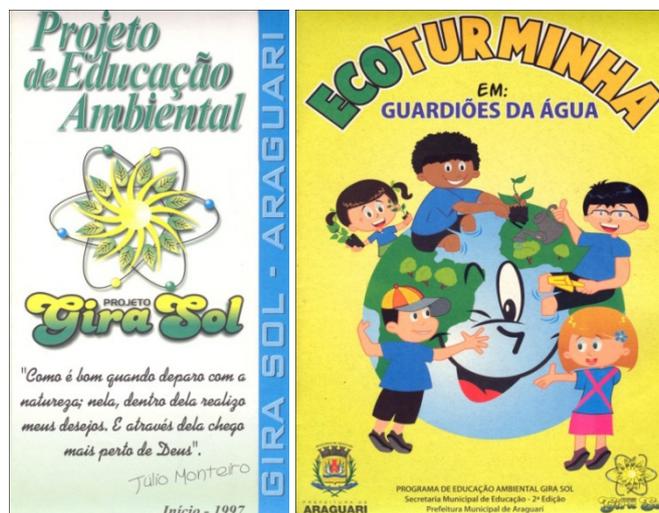


Figura 1 e 2 - Folders promocionais feitos pela SME.

Fonte: Imagem tirada pelo autor

A SME disponibiliza, impresso e *on-line*, para as escolas do município, um material didático de EA destinado aos professores do Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A parte infantil do material contém desenhos para os alunos colorirem, jogos, recortes, colagens muitas atividades que podem auxiliar o professor no conteúdo de EA. Para o ensino fundamental os exercícios são um pouco mais elaborados, com histórias em quadrinhos, textos com gravuras e perguntas, sempre pensando em abordar o tema de uma forma descontraída e divertida. Já para os professores do Ensino Médio, esse material é colocado em tópicos sendo cada um de uma determinada matéria. Ele auxilia os professores de todas as áreas como abordar a EA. Por exemplo, em português, matemática, história como esse tema pode ser trabalhado. Esse material auxilia facilitando ao professor na hora de fazer o seu plano de aula.

A SME não possui um programa de formação continuada específica para os professores de Ciências, nem tão pouco com o tema EA.

Duas opções de formação continuada são disponibilizadas pela SME. Uma delas ocorre através da adesão ao Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Pró-Letramento (Mobilização pela Qualidade da Educação), programa para melhoria de qualidade de aprendizagem da leitura e escrita e matemática nos anos e séries iniciais do ensino fundamental. O programa é realizado pelo MEC, em parceria com Universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada e com a adesão dos estados e municípios.

A outra opção de formação continuada ocorre através da Rede Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (RENAFOR), por meio da oferta de três módulos que são disponibilizados várias vezes ao ano. As primeiras turmas desse programa foram abertas em 2012 e as últimas em 2013.

No ano de 2013 abriram duas turmas, totalizando 80 vagas para os professores de todas as áreas. Estes viram no primeiro módulo o tema *Educomunicação ambiental*,

que propõe utilizar as ferramentas e os meios de comunicação para trabalhar as questões de meio ambiente em seu sentido mais amplo ao abordar tudo o que cerca o ser vivo, que o influencia e que é indispensável à sua sustentação.

No segundo módulo viram o tema *Linguagens, Histórias e Culturas do e no Cerrado*, faz reflexão de referenciais teóricos e metodológicos para compreensão da importância da música e do lazer nas comunidades populares sediadas no cerrado.

No terceiro e último módulo os professores viram o tema *Cultura e História dos Povos Indígenas*, este módulo objetiva promover o conhecimento e discussão da legislação educacional que define sobre o ensino obrigatório da cultura e história dos povos indígenas, o reconhecimento dos grupos indígenas que viveram e ainda vivem no Brasil e em Minas Gerais, seus costumes, conhecimentos, línguas, rituais, dentre outros.

Foram disponibilizadas turmas no início de 2014, porém não houve interessados o suficiente para justificar o oferecimento do projeto.

## 2 | METODOLOGIA

Para o presente trabalho, optamos pela pesquisa qualitativa (CHIZZOTI, 2008). Nesse tipo de pesquisa, os dados obtidos pelo pesquisador não determinam a resposta ao problema proposto pelo estudo. O pesquisador estabelece uma atitude de diálogo com esses dados, um questionamento permanente que vai se fazendo ao longo da pesquisa.

Para a pesquisa, o intuito foi alcançar todos os Biólogos, professores de Ciências que atuam do sexto ao nono ano, na rede municipal de Araguari/MG, sejam eles efetivos ou temporários.

Conforme informações da SME de Araguari, atualmente são 16 escolas municipais, sendo 10 na zona urbana e seis na zona rural. Nas oito escolas que possuem o ensino fundamental, encontram-se lecionando 11 professores de Ciências.

A partir dos nomes, e-mails e telefones de contatos dos 11 docentes, disponibilizados pela SME, convidamos os professores a responderem um questionário semiestruturado, transcrito a seguir, contendo questões abertas e fechadas. Os questionários semiestruturados vêm sendo utilizados como instrumento para coleta de dados nas pesquisas qualitativas no campo da Educação.

### Questionário para os Professores de Ciências da SME/Araguari-MG

1 – Você desenvolve atividades de Educação Ambiental com seus alunos?

Sim, frequentemente.

Não, nunca.

Às vezes.

2 – Como você avalia sua condição para atividades de Educação Ambiental com seus alunos?

3 – Você teve alguma formação em Educação Ambiental na graduação em Biologia?

- Sim.
- Não.
- Não me lembro.

4 – Você já participou dos programas de Educação Ambiental listados abaixo, promovidos pela Secretaria Municipal de Educação de Araguari?

*Formação continuada – RENAFOR*

- Sim.
- Não.

*Atividades do Projeto Gira Sol.*

- Sim.
- Não.

**Caso responda sim para um dos programas acima, vá para a questão 5. Caso responda não para os dois programas apresentados acima, vá para a questão 6.**

5 – Qual a relevância desses **programas** para sua prática profissional?

- Nenhuma; não desenvolvi nada a partir deles.
- Pouca; algumas propostas foram úteis no meu trabalho cotidiano.
- Muita; foram fundamentais para minha prática profissional relacionada à Educação Ambiental.

6 – A Secretaria Municipal de Educação disponibilizou para as escolas um material impresso e *on line* com várias dicas e atividades de Educação Ambiental para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Você já teve acesso a esse material?

- Sim, mas não utilizei.
- Sim, utilizo sempre que possível.
- Não.

7 – Qual a relevância desses **materiais** para sua prática profissional?

Nenhuma; não desenvolvi nada a partir deles.

Pouca; algumas propostas foram úteis no meu trabalho cotidiano.

Muita; foram fundamentais para minha prática profissional relacionada à Educação Ambiental.

Nesse estudo, conseguimos contato com oito professores que acolheram nosso pedido para participar da pesquisa. O projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Antes de responderem o questionário, cada um dos oito professores participante recebeu, leu e assinou o termo de Consentimento Livre e esclarecido (TCLE), no qual consta a informação de que sua identidade estaria preservada. Os questionários foram respondidos em nossa presença e os dados foram analisados à luz dos referenciais adotados.

### 3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A maior parte dos professores participantes optou por responder o questionário em sua própria residência, possivelmente pelo maior conforto e facilidade. A etapa de entrar em contato e marcar um melhor dia para o encontro foi a fase mais trabalhosa, devido a imprevistos que naturalmente ocorrem. Os professores nos receberam bem e valorizaram a iniciativa da pesquisa que estávamos realizando. As respostas dos questionários são apresentadas e discutidas a seguir. Conforme transcrito anteriormente, o questionário era composto por sete questões, sendo seis fechadas e uma aberta.

A primeira pergunta teve como objetivo saber se esse professor desenvolvia atividades de EA com seus alunos. 87,5% (sete professores) responderam que sim, que desenvolvem atividades frequentemente. 0% respondeu que não, nunca desenvolvem atividades de EA e 12,5% (um professor) responderam que às vezes desenvolvem atividades com essa temática.

A segunda questão foi discursiva e teve como objetivo saber a avaliação de cada professor sobre sua condição para desenvolver atividades de EA. De acordo com as respostas foi possível perceber que todos os participantes acreditam que estão preparados para trabalhar com a Educação Ambiental, o que completa os dados obtidos na questão 1.

A terceira questão buscou saber se os professores entrevistados tiveram alguma formação em Educação Ambiental durante a graduação em Biologia. Metade dos professores respondeu que sim e a outra metade que não. Durante essa resposta, os professores fizeram vários comentários conosco. Os que tiveram formação em EA durante a graduação informaram que não foi especificamente em uma disciplina. Essa

formação ocorreu em disciplinas que abordaram essa temática. Os que não tiveram formação em EA informaram que não tiveram uma disciplina que trabalhasse esse tema.

A quarta questão versa sobre a participação do professor em programas de EA, promovidos pela Secretaria de Educação do município de Araguari/MG. Dos oito professores, 12,5% (um professor) participaram do Programa de Formação Continuada – RENAFOR e 87,5% (sete professores) não participaram. Os professores que não participaram do programa comentaram conosco que não ficaram sabendo. Já nas atividades do Projeto Gira Sol, 75% (seis professores) dos professores participaram e 25% (dois professores) não participaram.

Nesse momento do questionário, o entrevistado que não participou de nenhum dos dois programas foi direto para a questão seis. Dois professores estavam nessa situação. Assim, são seis o total de professores que responderam a questão cinco.

A quinta questão procurou avaliar quão útil esses programas foram para os professores, ou seja, qual relevância que esse programa teve para sua prática profissional. 33,3% (dois professores) afirmaram que os projetos tiveram pouca relevância, sendo algumas propostas úteis no trabalho cotidiano de cada um. Os demais professores, 66,7% (quatro professores) disseram que os projetos foram fundamentais para a prática profissional relacionada à EA.

A sexta pergunta tem como intuito saber se a iniciativa da SME, de disponibilizar aos professores um material com várias dicas e atividades para o ensino de EA infantil, fundamental e médio, foi aproveitada e se essa iniciativa tem resultados positivos ou não. A sexta questão foi respondida pelos oito professores. Destes, 62,5% (cinco professores) conhecem e utilizam sempre que possível. Os demais professores, 37,5% (três professores), não conhecem e não utilizam esse material. Ao cruzarmos as informações do questionário, observamos que os dois professores que não participaram de nenhum projeto são os mesmos que não conhecem o material.

A sétima e última questão tem por objetivo saber a relevância desses materiais para a prática profissional desses professores, e complementa a questão do questionário complementa a questão seis. Os resultados foram semelhantes. Dos oito professores, 37,5% (três professores) alegam que o material não teve nenhuma relevância, pois não desenvolveram nada a partir dele. Outros 25% (dois professores) dos professores responderam que o material teve pouca importância, e que algumas propostas foram úteis. Os demais, 37,5% (três professores), acreditam que esse material foi fundamental para as práticas profissionais relacionadas à EA.

Consideramos que a coleta de dados por meio do questionário permitiu responder ao problema da pesquisa. Entretanto, percebemos que uma amostra maior de professores poderia consolidar ainda mais as respostas que obtivemos e que passamos a discutir a seguir.

Foi possível perceber que grande parte dos professores identifica a EA em suas práticas, o que julgamos um resultado muito interessante, visto que a temática pode

ser considerada ainda uma novidade na formação e na prática dos professores.

Dos oito professores entrevistados, todos se sentem capazes de realizar atividades de EA. Chama nossa atenção o fato de quatro desses oito professores citarem a graduação e/ou a pós-graduação e/ou atividades profissionais de consultoria como situações em que tiveram contato com o tema. Dois entrevistados citaram a necessidade de atividades formativas em EA.

Observamos que todos os professores identificam a EA em suas práticas de sala de aula e se sentem capazes para isso. Porém apenas metade deles teve essa temática discutida durante a graduação em Ciências Biológicas. Cruzando os resultados da segunda e da terceira questão, vimos que os 50% dos professores que não tiveram a disciplina, colocaram os cursos de pós-graduação e experiências profissionais como fonte principal de capacitação para desenvolver as atividades de EA na sala de aula.

Consideramos que, de um modo geral, os professores entrevistados tiveram algum tipo de formação em EA, o que os leva a identificar o tema em suas práticas e também se sentirem aptos para abordá-la. Note-se, portanto a importância da formação em EA para o desenvolvimento do tema no ambiente escolar. Assim, não se trata apenas de existir a lei que prevê o tema na escola (BRASIL, 1999), mas também a condição do professor para o cumprimento dessa exigência legal.

Sobre a participação dos professores nos projetos oferecidos pela SME, observamos que há uma grande diferença entre os programas RENAFOR e o Projeto Gira Sol. O primeiro teve pouca participação dos professores e o segundo teve grande participação dos professores. Um dos motivos dessa discrepância pode ser o tempo que cada programa está em funcionamento. O projeto Gira Sol existe há 12 anos, coordenado pela mesma profissional. Já o RENAFOR é um projeto que foi iniciado em 2012, ocorrido em 2013 e em 2014 não foi possível abrir turmas. Outro motivo é que, conforme fomos informados na secretaria, o número de vagas para o RENAFOR é limitado para atender ao grande número de professores, sendo rapidamente preenchidas pelos próprios funcionários da secretaria, muitos deles docentes.

Podemos perceber através das respostas que o programa Gira Sol possui grande importância para o desenvolvimento da EA escolar. Note-se que seis dos oito professores entrevistados participaram do programa. Destes seis participantes, 66,7% afirmaram que tal programa foi fundamental para as práticas de EA em sala de aula, sendo apenas 33,3%, aqueles que consideraram que a participação foi pouco relevante, influenciando pouco as práticas pedagógicas. Em relação a esse programa, observamos que os professores valorizaram o material de EA disponibilizado impresso e *on-line* pela SME. Assim, consideramos que cada professor deveria ter acesso ao material e não apenas existir um por escola.

Dos oito entrevistados, apenas um participou do programa RENAFOR. Esse professor respondeu que a participação foi relevante e ainda lamentou com a pesquisadora sobre a perda de um dos módulos. Em relação ao RENAFOR, a SME poderia disponibilizar mais vagas, mais módulos além dos três que já foram oferecidos,

melhorar também a forma de divulgação e seleção dos interessados a fazerem o curso.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo visou analisar a contribuição do poder público municipal para o ensino de EA escolar. Percebemos que essa contribuição existe e que pode e deve ser ampliada, visto o interesse dos professores pelo tema. Daí nossa intenção de retornar essa pesquisa para a SME, inicialmente por meio de uma versão impressa/digital deste, mas também por meio de palestras, se for o caso. Esse estudo sugere novas perguntas para novas pesquisas como, por exemplo, qual a natureza da contribuição oferecida pelo poder público? Ou seja, que tendência ou tendências de EA são veiculadas nos programas formativos? E ainda, como os professores são impactados por essas tendências?

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Federal nº 9795**, de 27 de abril de 1999: Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm)>. Acesso em: 23 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente e saúde**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**, 10 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FOGAÇA, J. **Formação Continuada de Professores**. Brasil Escola. 2014. Disponível em: <<http://educador.brasilecola.com/trabalho-docente/formacao-continuada-professores.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

FRANCISCO, W. C. **Eco 92**. Brasil Escola. 2014. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/eco-92.htm>>. Acesso em: 23 jan. 2014.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas/SP: Papyrus, 1995.

MARCONDES, et. al. **Materiais Instrucionais Numa Perspectiva CTSA: Uma Análise de Unidades Didáticas Produzidas por Professores de Química em Formação Continuada**. Investigações em Ensino de Ciências, 14(2), 281-298. 2009. Disponível em: <<https://www.if.ufrgs.br/cref/ojs/index.php/ienci/article/view/359/226>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

MARQUES, M. F.; PINHEIRO, A. C. D. **Educação Ambiental nas escolas Públicas**. Disponível em: <[http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/anais/painel\\_educacao/educacao\\_ambiental.pdf](http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/anais/painel_educacao/educacao_ambiental.pdf)>. Acesso em: 24 jan. 2014.

MAZZEU, F. J. C. **Uma proposta metodológica para a formação continuada de professores na perspectiva histórico-social**. Caderno Cedes. Ano XIX, 44, p. 59-72. 1998. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32621998000100006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000100006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 04 abr. 2018.

MELLO, G. N. Formação inicial de professores para a educação básica: uma (re)visão radical. **Perspectivas**. São Paulo, vol. 14, n. 1, Jan./Mar, 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000100012&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000100012&script=sci_arttext)>. Acesso em: 05 fev. 2014.

- MENDES, K. M. **A pesquisa na formação continuada de professores: possibilidades e limites.** Revista Triângulo, Uberaba, v. 6, n. 1, p. 22-30. jan./jul. 2013. Disponível em: <<http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistatriangulo/article/view/497/pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2018.
- PACHECO, J. A. **Formação de professores.** Disponível em: <<http://webs.ie.uminho.pt/jpacheco/files/formacaoProfessores.pdf>> Acesso em: 05 fev. 2014.
- PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 2000.
- PORTAL EDUCAÇÃO. **A Constituição Federal Brasileira em 1988 e a Educação Ambiental.** Portal Educação. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/20061/a-constituicao-federal-brasileira-de-1988-e-a-educacao-ambiental>>. Acesso em: 23 jan. 2014.
- RAMINELLI, R. A natureza na colonização do Brasil. In: REIGOTA, M. (Org.). **Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 45-66.
- SCHNETZLER, R. P. **Como associar ensino com pesquisa na formação inicial e continuada de professores de Ciências?** Atas do II Encontro Regional de Ensino de Ciências. Piracicaba: UNIMEP, 18-20 out, 1996.
- SCHÖN, D. A. **Educando o Profissional Reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem.** Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SILVA, E. C. **Controle e regulação na formação continuada de professores na escola.** Sistema de Eventos Acadêmicos da UFTM, Semiedu. 2017. Disponível em: <<http://eventosacademicos.ufmt.br/index.php/semiedu/semiedu2017/paper/view/1973>>. Acesso em: 04 abr. 2018.
- WORSTER, D. **Nature's economy: A history of ecological ideas.** Nova York: Cambridge, 1992.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-85107-29-1

